

Cineasta pressiona contra o corte de Cz\$ 1,4 bilhão

Um grupo de produtores e diretores do cinema brasileiro esteve ontem com o presidente José Sarney, pedindo sua intervenção para evitar que o Orçamento Geral da União para 1989, a ser enviado hoje ao Congresso Nacional, suprimisse os financiamentos de Cz\$ 1,4 bilhão comprometidos pela Embrafilme na produção de 40 filmes, em sua maioria em adiantada fase de realização.

“Não é bem uma questão de corte orçamentário, mas a cobrança de uma dívida do Governo com o cinema brasileiro, tendo em vista que os recursos para o financiamento desses filmes foram originários da própria produção nacional”, disse o presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Diretores de Cinema, João Batista Andrade.

Sarney ouviu as ponderações do grupo, e os encaminhou ao governador José Aparecido, na condição de futuro ministro da Cultura, dizendo que ele seria o seu interlocutor credenciado para tratar da questão. No encontro com o presidente estavam presentes ainda, Marcos Altberg, Ana Maria Magalhães, Luis Carlos Lacerda, Suzana Moraes, Joel Barcelos, Francisco Botelho, Neville de Almeida, Geraldo Moraes e Valkiria Barbosa, todos diretores consagrados em filmes de longa metragem, alguns dos quais com projetos comprometidos na Embrafilme.

Privatização

Informou João Batista Andrade que os produtores estão completamente de acordo com a privatização do cinema brasileiro, mas não podem abrir mão

de um financiamento já comprometido no orçamento dessas produções, embora represente apenas 30 por cento do seu valor total.

Ponderou ele que, além da suspensão repentina desses financiamentos, o cinema brasileiro tem se sentido a cada dia menos prestigiado pelo Governo, e que, em razão disso, a produção nacional, que já chegou a se colocar em 7º lugar no mundo, hoje está para além da vigésima posição. Este ano serão produzidos no País 25 filmes e para o próximo ano algo em torno de 5 a 10 filmes, apenas.

Reclamaram ainda os financiamentos da Lei Sarney que não chegaram ao cinema, e que a falta de definição clara de manutenção ou não do incentivo tem dificultado o acesso